

A Assembleia Geral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPOCS, reunida durante seu 39º Encontro Anual, em Caxambu, no dia 29 de outubro de 2015, a partir dos debates e reflexões realizados pela Mesa Redonda “Tensões políticas recentes e os seus efeitos sobre os impactos de projetos de desenvolvimento em povos tradicionais”, pelo Colóquio “A expertise antropológica em debate: diálogos e tensões entre a Antropologia e o Direito” e pelo Grupo de Trabalho “Projetos de desenvolvimento e direitos territoriais das populações tradicionais: alternativas de desenvolvimento”, vem manifestar sua preocupação com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, de autoria do ex-Deputado pelo estado de Roraima, Almir Sá, que transfere a competência da União na demarcação das terras indígenas, a titulação de territórios quilombolas e a criação e unidades de conservação ambiental para o Congresso Nacional, e solicita o seu arquivamento.

Ao ignorar procedimentos administrativos já firmados para reconhecimento de direitos, tal Proposta de Emenda Constitucional representa um enorme retrocesso para a democracia brasileira, um ataque frontal à Constituição Federal, e um crime contra os povos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais.

Destinatários:

Ao Congresso Nacional: Presidência da Câmara e do Senado Federal



